

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

No dia 31 de janeiro, a Liga para a Proteção da Natureza (LPN) enviou uma denúncia à Comissão Europeia a dar conta da destruição de cinco charcos temporários mediterrânicos no lugar de Vale da Figueira, concelho de Odemira, em pleno Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e Zona Especial de Conservação (ZEC) da Costa Sudoeste, devido à instalação de estufas para a agricultura intensiva.

Estes habitats protegidos e considerados prioritários na ZEC da Costa Sudoeste, são fundamentais para a existência de muitas espécies da fauna e flora daquele território. Os charcos temporários agora terraplenados para dar lugar a estufas eram os últimos cinco de 30 que existiam entre as praias do Carvalhal e da Zambujeira do Mar.

Dada a importância destes habitats, a Comissão Europeia aprovou o projeto LIFE+ "Conservação de Charcos Temporários na Costa Sudoeste de Portugal", dotando-o com cerca de 2 milhões de euros, entre 2013 e 2018.

Os esforços e o investimento público para a conservação destes importantes habitats foram completamente ignorados pelas entidades competentes, que permitiram ou negligenciaram o avanço descontrolado e voraz da agricultura intensiva na Costa Sudoeste.

Durante projeto LIFE foram identificados 133 charcos temporários mediterrânicos na ZEC da Costa Sudoeste. Mas, no final do século passado, entre Sines e Sagres, seriam mais de 200. Atualmente, não é conhecido o número exato de charcos temporários que ainda persistem, mas é certo que a agricultura intensiva tem contribuído para a sua destruição.

O património natural do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e de toda a Costa Sudoeste tem sucumbido ao modelo depredador da agricultura intensiva. O lucro do agronegócio extrativista deste modelo agrícola assenta na delapidação de recursos hídricos e edáficos, na destruição de habitats e populações de espécies, e na exploração de trabalhadoras e trabalhadores.

A falta de apoios às pessoas que praticam uma agricultura tradicional e sustentável tem levado à destruição dos charcos. Existe a obrigatoriedade de lavrar e semear áreas que compreendem charcos quando estas pessoas recebem apoios. Caso não o façam, são obrigados a devolver os apoios obtidos. Estas regras nefastas para a preservação da biodiversidade devem ser alteradas. Tal como a obrigatoriedade de pagamento da taxa de regante sobre estas áreas.

A preservação da biodiversidade, a sustentabilidade dos recursos naturais e a garantia dos direitos do trabalho exigem outro modelo agrícola para o território.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, as seguintes perguntas:*

1. Tem o Governo conhecimento da destruição de cinco charcos temporários no Vale da Figueira, concelho de Odemira?
2. Como explica o Governo que depois de todo o conhecimento adquirido através do Projeto LIFE sobre os charcos temporários mediterrânicos e o dinheiro público investido na preservação destes redutos de biodiversidade, mais cinco charcos tenham sido terraplenados e completamente destruídos pela instalação de estufas?
3. Vai o Governo tomar medidas para conter o avanço destruidor da agricultura intensiva no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e na ZEC da Costa Sudoeste?
  - 3.1 Se sim, quais e quando?
  - 3.2 Se não, porquê?
4. Dos 133 charcos temporários mediterrânicos identificados pelo projeto LIFE na ZEC da Costa Sudoeste, quantos ainda persistem?
  - 4.1 Qual é o seu estado de conservação?
5. Vai o Governo tomar medidas para recuperar os charcos temporários mediterrânicos da ZEC da Costa Sudoeste?
  - 5.1 Se sim, que medidas serão tomadas e quando?
  - 5.2 Se não, porquê?
6. Considera o Governo que a monitorização e as medidas de gestão para o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e ZEC da Costa Sudoeste são adequadas?
  - 6.1 Porquê?
7. Vai o Governo apoiar os agricultores que querem preservar os charcos temporários, não contabilizando, nas candidaturas a apoios ou para pagamentos da água de rega, a área ocupada por estes habitats?
8. Considera o Governo que a agricultura intensiva e a instalação de estufas se coadunam com a necessária preservação do património natural do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e na ZEC da Costa Sudoeste?

Palácio de São Bento, 9 de junho de 2021

Deputado(a)s

NELSON PERALTA(BE)

MARIA MANUEL ROLA(BE)

RICARDO VICENTE(BE)

Deputado(a)s

FABÍOLA CARDOSO(BE)